

# MENSAGEM DO PREFEITO

Projeto de Lei  
Orçamentária Anual  
2021



CIDADE DE  
**SÃO PAULO**  
FAZENDA



## Sumário

INTRODUÇÃO .....	2
DEMONSTRATIVO DA SITUAÇÃO ECONÔMICOFINANCEIRA DO 1º SEMESTRE DE 2020.....	6
INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA 2021 .....	11
ESTRUTURA DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA 2021 .....	12
DESTAQUES SETORIAIS.....	14
ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	14
EDUCAÇÃO .....	15
EFICIÊNCIA E INOVAÇÃO NOS SERVIÇOS PÚBLICOS.....	17
HABITAÇÃO E SANEAMENTO .....	19
SAÚDE.....	20
TRABALHO .....	22
TRANSPORTE .....	24
PARTICIPAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E AUDIÊNCIAS PÚBLICAS .....	26



## INTRODUÇÃO

O Poder Executivo do Município de São Paulo remete a esta Egrégia Casa, dentro do prazo legal, o Projeto de Lei Orçamentária para o ano de 2021, elaborada em conformidade com as normas e princípios constitucionais, a Lei Federal nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000 e a Lei Municipal nº 17.469/2020.

O projeto, além de estar em consonância com o Plano Plurianual – PPA para o quadriênio 2018-2021, visando à conclusão e à continuidade de investimentos e de políticas públicas já iniciados e em consonância com as necessidades mais prementes da sociedade.

O orçamento de 2021 traz o aprimoramento da regionalização das despesas, considerando peculiaridades e demandas de cada território do Município. A participação da sociedade civil foi fomentada por meio de audiências públicas, que, mesmo em um momento de cautela e restrição de circulação social, foram realizadas virtualmente no âmbito das 32 Subprefeituras, de forma que o orçamento correspondesse às necessidades e anseios prioritários dos cidadãos.

As dimensões do Município de São Paulo geram demandas na mesma proporção de seu território. A conjuntura econômica ainda complexa torna o cenário mais desafiador, levando à construção de um projeto que visa minimizar os desequilíbrios presentes no Município.

Nesse sentido, é fundamental ressaltar o impacto advindo da pandemia de COVID-19, cujos efeitos práticos começaram a ser sentidos a partir de março de 2020, mas com consequências econômicas profundas, ainda não totalmente incorporadas nos cenários para os próximos anos, devido à sua elevada incerteza.

Existe consenso de que o cenário a curto e a médio prazos apresenta perfil mais recessivo, com recuperação gradual, mas bastante lenta. Isso causa naturalmente efeitos nas receitas do Município, que por sua vez influenciam diretamente na capacidade de atuação da Prefeitura.

À guisa de comparação, o orçamento previsto para 2020 foi de aproximadamente R\$ 69 bilhões, enquanto que o orçamento previsto para 2021 é de cerca de R\$ 67,5 bilhões. Ou seja, há uma redução de cerca de R\$ 1,5 bilhão, a ser acomodada no planejamento de forma que cause o menor impacto possível na implementação e manutenção das políticas públicas.

Desta forma, frente a complexa situação mundial, o presente Projeto de Lei busca contemplar ao máximo as demandas difusas da sociedade, a partir de uma ótica distributiva, inclusiva e transparente, mas respeitando, de forma rigorosa, o equilíbrio e a sustentabilidade



das contas públicas. O persistente cenário de incerteza econômica e o crescimento sistemático de algumas despesas obrigatórias, além da atual situação de pandemia enfrentada mundialmente, tornam a tarefa particularmente desafiadora. Merece destaque a inclusão, no orçamento fiscal, da empresa SPCine (a exemplo do que ocorreu com as empresas SPTuris e SPUrbanismo no PLOA de 2020), em razão de sua parcial necessidade de recursos do Tesouro para o custeio de suas despesas, tornando mais transparente à sociedade o quanto é despendido pela municipalidade na manutenção dos serviços públicos prestados.

Buscando uma maior eficiência dos serviços públicos, foi sancionada a Lei Municipal nº 17.433/2020, que reorganiza a Administração Pública Municipal Indireta, com a criação, fusão e extinção de entidades, otimizando, também, os gastos públicos. Essa Lei determina a extinção das seguintes entidades: Autoridade Municipal de Limpeza Urbana, Serviço Funerário do Município de São Paulo e Autarquia Municipal de Serviços Auxiliares de Saúde. O mesmo instrumento normativo institui a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de São Paulo – SP Regula, entidade que regulará e a fiscalizará a prestação de serviços públicos delegados pela municipalidade. Ademais, determinou-se a extinção da Autarquia Hospitalar Municipal, sendo suas atribuições assumidas pela Administração Direta, e da Agência São Paulo de Desenvolvimento – ADE SAMPA. Por outro lado, a empresa São Paulo Negócios passou a se denominar São Paulo Investimentos e Negócios – SPIN, com a função incentivar de desenvolvimento econômico, científico e tecnológico, promovendo o ambiente de negócios, a capacitação e qualificação profissional. Com o mesmo escopo da Lei acima, a reestruturação da Secretaria Municipal das Subprefeituras extinguiu o Departamento de Iluminação Pública – ILUME e do Departamento de Limpeza Urbana – LIMPURB dentro da reestruturação.

O reflexo da entrega de novos equipamentos públicos bem como o aumento de capacidade dos já existentes, independentemente da área ao qual estejam inseridos - Saúde, Educação, Assistência Social e Verde e Meio Ambiente - bem como seus respectivos reflexos e impactos sociais, ampliaram proporcionalmente os custos operacionais e de manutenção incorridos pela Prefeitura. Assim, somado ao delicado cenário mundial face a pandemia e à difusão do coronavírus, a Prefeitura de São Paulo vem absorvendo os impactos diretos na área de Saúde com maior demanda por materiais complementares, equipamentos específicos e leitos isolados, além dos reflexos nas áreas de assistência social, educação, emprego e empreendedorismo, entre outras.

Para enfrentar esses desafios, esta peça orçamentária prevê a continuidade da busca por eficiência das despesas públicas e contempla ainda a contratação de operações de crédito,



adicionando ao orçamento um valor de aproximadamente R\$ 1 bilhão e permitindo a manutenção da capacidade de investimentos e de melhoria da infraestrutura e da capacidade de atendimento da Prefeitura.

Outra importante iniciativa para impulsionar o investimento e que vem sendo trabalhada e aprimorada anualmente é o Plano Municipal de Desestatização - PMD. O plano prevê o redimensionamento estrutural do governo por meio de projetos de concessão, privatização e Parcerias Público-Privadas.

Até o momento foram homologadas as concessões da Zona Azul, do mercado Municipal de Santo Amaro, do Complexo Pacaembu, do Parque Ibirapuera e mais 5 Parques (Jacintho Alberto, Tenente Faria Lima, Jardim Felicidade, Eucaliptos e Lajeado), além da inovadora permissão de uso de baixo do Viaduto Pompeia. Os benefícios dessas concessões realizadas e das alienações de imóveis sem uso somam R\$ 4,4 bilhões em benefícios para a Prefeitura por conta das receitas decorrentes das outorgas e impostos, além dos custos de manutenção e de investimentos transferidos ao parceiro privado durante o período de vigência dos contratos.

Outros projetos estão em andamento e já foram aprovados pela Câmara Municipal, de modo que até 2021 novas parcerias com a iniciativa privada serão realizadas, tais como a concessão do Vale do Anhangabaú; Autódromo de Interlagos, dos 3º e 4º lotes de concessão de parques; do Mercado e Mercado Kinjo; do Anhembi; Baixos do Viaduto Antártica; Serviço Funerário; além da alienação de diversos imóveis autorizados pela Câmara Municipal, com benefícios totais estimados em R\$ 3,1 bilhões.

Além da redução de gastos em custeio e dos novos investimentos que serão realizados em tais equipamentos, haverá retornos tributários decorrentes da cobrança de ISS, o que confirma que os benefícios econômicos vão além da concessão em si. Vale ressaltar que os recursos obtidos com o Plano Municipal de Desestatização serão destinados ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Social, que conta com previsão de R\$ 879,6 milhões de receita para 2021, que devem ser aplicados em investimentos das áreas definidas como prioritárias pela Lei nº 16.651/2017, ou seja, Segurança Urbana, Subprefeituras, Assistência e Desenvolvimento Social e Transportes.

A Prefeitura reitera, dessa forma, seu compromisso de ampliar e diversificar a captação de recursos e aumentar a eficiência de suas despesas para que os objetivos do Município sejam alcançados sem comprometer o equilíbrio das contas públicas. As parcerias e os convênios firmados com outros entes da Federação, e também com o setor privado, são exemplos de ações direcionadas na elaboração de um orçamento sustentável e realista.



No âmbito das receitas correntes, a Administração desenvolveu ações e sistemas de inteligência que vêm permitindo uma melhora da arrecadação sem aumento da carga tributária, mesmo em meio a um cenário econômico incerto. Em paralelo, a ação da Procuradoria Geral do Município no aprimoramento da cobrança da Dívida Ativa também merece destaque.

Estas são as bases que nortearam a construção do presente Projeto de Lei e que permitirão a implementação das ações orçamentárias ao longo do ano de 2021, fruto de trabalho coletivo pautado pela eficiência e pelo compromisso com a população de São Paulo.



# DEMONSTRATIVO DA SITUAÇÃO ECONÔMICOFINANCEIRA DO 1º SEMESTRE DE 2020

O novo coronavírus tem sido responsável por uma queda generalizada da atividade econômica e das expectativas de crescimento ao redor do mundo. Tal qual outros setores da economia, a crise atual traz pressões aos cofres públicos por demandar maiores níveis de despesas e, ao mesmo tempo, reduzir a base de arrecadação devido aos baixos índices de produção e consumo. Com a flexibilização das medidas de isolamento social e controle da pandemia, pode-se esperar por uma recuperação gradual da atividade econômica à medida em que se recupera a renda de famílias e empresas.

De acordo com o IBGE<sup>1</sup>, a queda do PIB do segundo trimestre de 2020 foi de 9,7% em relação ao primeiro trimestre — a queda mais intensa da série histórica iniciada em 1996. Em relação ao mesmo trimestre de 2019, houve queda de 11,4% e, no acumulado do primeiro semestre, o PIB caiu 5,9% em relação a igual período do ano passado. Em junho houve recuperação em relação ao mês anterior, apesar de não ter sido suficiente para compensar a queda dos meses anteriores e representar redução na comparação com junho de 2019. De acordo com o Banco Central, o indicador IBC-Br, considerado pelos analistas como uma “prévia do PIB”, ficou em junho de 2020 7,05% abaixo do mesmo mês de 2019, mas teve alta de 4,89% relativamente a maio de 2020. A expectativa atual do Mercado para o PIB de 2020 é de queda de 5,11%, segundo o Banco Central (Relatório Focus de 11/09/2020).

Para 2021, espera-se recuperação gradual da economia, como se pode verificar pelas expectativas de Mercado retratadas na pesquisa Focus, que em 11/09/2020 indicaram projeção de 3,5% de crescimento do PIB.

A Proposta Orçamentária 2021 (PLOA-2021) foi elaborada segundo o estabelecido no Plano Plurianual (PPA), quadriênio 2018-2021, e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2021, conforme disposto na Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000. Para a elaboração da presente proposta orçamentária, foram consideradas a atual conjuntura econômica e a projeção de indicadores econômicos, especialmente as variáveis macroeconômicas divulgadas pelo Banco Central no Relatório Focus (posição em 18/08/2020).

Na tabela a seguir, observa-se a realização da receita no período de janeiro a junho de 2020 comparado ao mesmo período de 2019. O Orçamento Fiscal para o exercício de 2020, com

<sup>1</sup> Disponível em <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28721-pib-cai-9-7-no-2-trimestre-de-2020>>. Acesso em: set. 2020.



receita estimada e despesa fixada em R\$ 68.989.440.667,00 foi aprovado pela Lei nº 17.253, de 26 de dezembro de 2019.

**Tabela 1 — Comparativo de receitas nos períodos janeiro a junho de 2019 e 2020.**

Receita Consolidada Valores em R\$ Milhões	2019		2020		Variação	
	Orçamento	Realizado até Junho	Orçamento	Realizado até Junho	Nominal	Real
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>53.908</b>	<b>28.583</b>	<b>60.163</b>	<b>31.032</b>	<b>8,6%</b>	<b>5,3%</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	31.700	17.421	34.008	18.005	3,4%	0,3%
Receita de Contribuições	2.049	1.088	2.694	1.189	9,3%	6,2%
Receita Patrimonial	1.075	494	3.438	1.577	219,4%	210,6%
Receita de Serviços	203	114	288	101	-10,8%	-13,4%
Receita de Transferências	16.043	8.517	17.295	9.291	9,1%	5,7%
Outras Receitas Correntes	2.837	950	2.441	868	-8,6%	11,2%
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>4.473</b>	<b>941</b>	<b>5.622</b>	<b>1.709</b>	<b>81,6%</b>	<b>76,3%</b>
Operações de Crédito	567	7	675	388	5842,8%	5610,0%
Alienações de Bens	1.374	5	1.740	21	308,6%	297,3%
Amortização de Empréstimos	27	12	33	10	-15,1%	-17,6%
Transferências de Capital	1.422	272	1.079	304	11,9%	9,4%
Outras Receitas de Capital	1.084	646	2.095	986	52,6%	48,0%
<b>RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIA</b>	<b>2.120</b>	<b>1.104</b>	<b>3.138</b>	<b>1.350</b>	<b>22,3%</b>	<b>18,8%</b>
<b>RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>62</b>	<b>0</b>	<b>66</b>	<b>0</b>		
<b>RECEITA TOTAL</b>	<b>60.563</b>	<b>30.628</b>	<b>68.989</b>	<b>34.090</b>	<b>11,3%</b>	<b>8,0%</b>

Fonte: RREO - ANEXO 1 (LRF, Art 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) e Boletim da Receita.

A Receita Total no acumulado de janeiro a junho de 2020 foi de R\$ 34,1 bilhões, valor 11,3% superior ao mesmo período de 2019 em termos nominais, o que representa aumento de 8,0% em termos reais. Nesse mesmo período, as Receitas Correntes cresceram 8,6% nominalmente, correspondendo a uma variação real de 5,3% e as Receitas de Capital apresentaram um crescimento de 81,6% em termos nominais e 76,3% reais.

O grupo das Receitas Correntes é composto pela receita de Tributos que representa 58% do total, seguida de Transferências (29,9%), Patrimonial (5,0%), de Contribuições (3,8%), Outras Receita Correntes (2,8%) e Serviços (0,3%).

O grupo Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria apresentou variação positiva de apenas 0,3% em termos reais, também penalizado pelos reflexos da pandemia. Sobre o ISS, houve aumento de 3,9% em termos nominais no 1º semestre de 2020 comparado a igual período de 2019, destacando-se positivamente os Serviços Bancários e Financeiros — impulsionados pela volta das empresas “Redecard” e “Itaucard” para a Cidade de São Paulo; os serviços de Agenciamento e Corretagem; e os serviços de Mercadologia e Comunicação, cujos desempenhos refletem em parte as ações de curto e longo prazo de controle e fiscalização a carga da Administração Tributária Municipal. Cabe mencionar ainda que, devido à CPI da Sonegação Tributária, ocorreram pagamentos extraordinários de atrasados e multas no 1º semestre de 2019 que não se repetiram em 2020.



O IPTU apresentou variação nominal de 3,9% entre o acumulado do ano até junho de 2019 e o mesmo período de 2020. No exercício de 2020, diante das medidas de isolamento e restrições de atividades, houve aumento da inadimplência, verificada no final de abril e em todo o mês de maio, embora no mês de junho os picos de atraso estejam menores — porém ainda acima do nível de 2019.

O ITBI caiu 15,3% quando comparado ao primeiro semestre de 2019. Os últimos meses pré-pandemia indicaram arrecadação média diária de R\$ 10 milhões, mas, devido à crise, reduziu-se significativamente, chegando a um piso de R\$ 2,9 milhões por dia, recuperando-se gradativamente com mudança de patamar nos recolhimentos a partir da segunda quinzena de junho.

As contribuições aumentaram em 9,3% comparando o período janeiro a junho de 2019 com o mesmo período de 2020, destacando-se nesse grupo o aumento de 10,2% com Contribuições do Servidor Ativo para o Regime Próprio de Previdência Social, e de 17,4% com Contribuições dos Servidores Inativos do mesmo Regime. Esta variação positiva reflete o aumento ocorrido a partir de abril de 2019 da contribuição dos servidores, que passou de 11% para 14%, estabelecido na Lei Municipal nº 17.020 de 2018.

Por sua vez, a Receita Patrimonial cresceu 219,4% nominais, refletindo principalmente a Cessão do Direito de Operacionalização da Folha de Pagamento de Pessoal (R\$ 930 milhões) e Concessão da Zona Azul (R\$ 156 milhões).

Nas transferências correntes, observa-se uma variação nominal positiva de 9,1%. A Cota-Parte do ICMS apresentou queda nominal de 4,4% e 7,3% em termos reais no período janeiro-junho de 2020 quando comparado ao mesmo intervalo em 2019. Cabe lembrar que, além do desempenho negativo do ICMS no Estado de São Paulo, a queda da transferência para o Município da cota-parte do ICMS na comparação com 2019 também se deve à queda de 1,32% no Índice de Participação dos Municípios, que passou de 20,58295% em 2019 para 20,31092% em 2020.

O IPVA alcançou, no acumulado do ano, R\$ 2,1 bilhões — queda nominal de 1,9% e real de 5,4%. O impacto da pandemia no imposto foi atenuado pelo fato de 77,7% do IPVA já ter sido recolhido no 1º trimestre, isto é, menos de 30% dos repasses recebidos foram afetados pela crise atual. No início da crise a arrecadação do IPVA sofreu uma redução de cerca de 54%, mas, com a flexibilização da quarentena e abertura parcial do comércio, a arrecadação no início do mês de junho apresentou alta substancial, ultrapassando a arrecadação de junho de 2019.

Neste grupo também se destaca a receita do FUNDEB, que caiu 1,2% em termos nominais, seguindo a mesma tendência dos impostos que compõem sua base de cálculo. Cabe



ressaltar, contudo, que houve aumento de participação do Município de São Paulo em 2,34% em 2020 quando comparado ao ano anterior, devido ao aumento proporcional de alunos da rede municipal.

No que tange às transferências da Saúde, foi arrecadado R\$ 1,05 bilhão no primeiro semestre de 2019, frente a R\$ 1,62 bilhão em 2020 — aumento de 54,3% nominais, majoritariamente derivados dos R\$ 445 milhões transferidos pelo Governo Federal e Estadual para enfrentamento à pandemia de COVID-19, dos quais R\$ 44,3 milhões provenientes da Lei Complementar nº 173 destinados à Saúde. Para o ano de 2020, estão previstas transferências relacionadas ao enfrentamento da COVID-19 no valor de R\$ 825,8 milhões, acrescidos dos recursos estipulados pela Lei Complementar nº 173, que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento à COVID-19, sendo R\$ 177,5 milhões para Saúde e R\$ 1,2 bilhão para compensação da perda de arrecadação.

O grupo de Outras Receitas Correntes apresentou queda de 8,6% em termos nominais devida principalmente à menor arrecadação de multas de trânsito, que apresentou redução de 23,2% nominal no período e representa 66% do grupo. Tal redução deve-se à queda observada na circulação de veículos e seu efeito nas autuações de multas; ao provável aumento da inadimplência; e aos efeitos de duas deliberações do CONTRAN (nº 185 e nº 186, de 2020) que prorrogaram por tempo indeterminado a notificação de multas autuadas a partir de 26/02/2020, portanto efetivamente postergando a cobrança e arrecadação da receita de multas.

A variação positiva nas Receitas de Capital, de 81,6% nominais, foi influenciada pelas Operações de Crédito (5.842,8%), Alienação de Bens (308,6%) e Outras Receitas de Capital (52,6%).

Quanto às Operações de Crédito, o Município desembolsou recursos relativos às seguintes operações: Programa Asfalto Novo (R\$ 320 milhões), Programa de Intervenção no Sistema de Drenagem (R\$ 426 mil), Programa de Modernização da Administração Tributária (PMAT, no valor de R\$ 2,3 milhões), Programa Nacional de Apoio à Modernização Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM, em R\$ 13 milhões) e Avança Saúde, com o financiamento da reestruturação e qualificação das redes assistenciais da Cidade de São Paulo (R\$ 52,2 milhões).

No grupo de Alienação de Bens, dentro do Programa de Desestatização, o incremento de receita deve-se à venda do terreno onde atualmente funciona o Colégio “Liceu Pasteur”, com valor de R\$ 18,2 milhões.



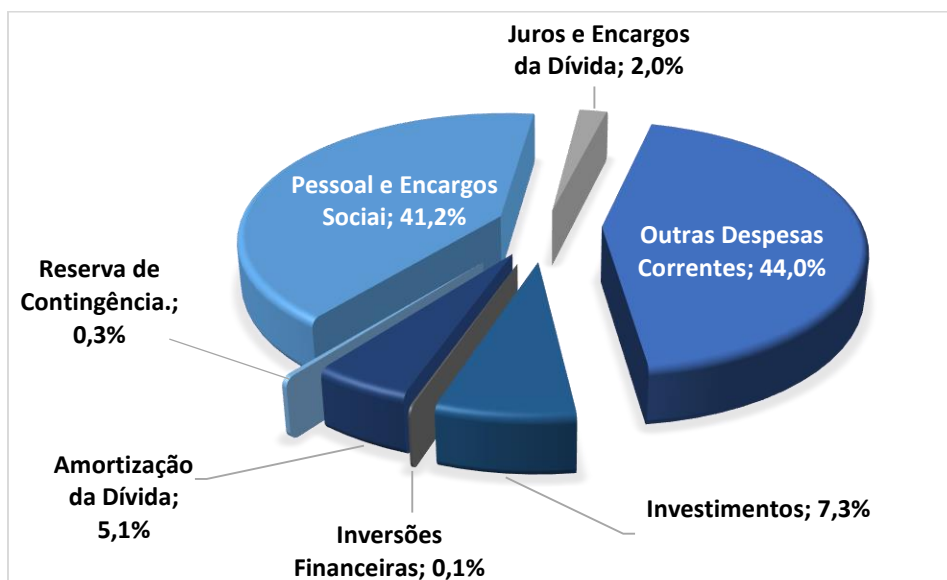
Dentro do grupo Outras Receitas de Capital (variação positiva de 52,6% em termos nominais), ressalta-se a arrecadação do levantamento de Depósitos Judiciais, autorizado pela Lei Complementar nº 151/2015, que apresentou elevação de 143,8% (R\$ 606 milhões em 2020, quando comparados aos R\$ 248 milhões em 2019) até junho, influenciando o resultado do grupo como um todo. Cabe destacar aqui que houve alteração no roteiro de contabilização da receita e despesa relacionada ao uso dos depósitos judiciais, de forma que em 2020, caso fosse seguido o mesmo critério de 2019, a receita líquida seria de R\$ 107 milhões – o que levaria à queda de 24,5% do grupo Outras Receitas de Capital. Por outro lado, a arrecadação de receita de outorga onerosa sofreu queda de R\$ 366 milhões de 2019 para R\$ 272 milhões em 2020, em parte devido à arrecadação recorde do ano passado que ultrapassou R\$ 700 milhões, influenciada pela recuperação vigorosa do mercado imobiliário em São Paulo e pelo efeito da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (Lei 16.402, de 22 de março de 2016), que previa incentivos para contratos até 22 de março de 2019.

## INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA 2021

A despesa orçamentária consolidada constante no Orçamento Fiscal foi fixada em R\$ 67.543.626.757 (sessenta e sete bilhões, quinhentos e quarenta e três milhões, seiscentos e vinte e seis mil e setecentos e cinquenta e sete reais), sendo R\$ 58.866.125.083 (cinquenta e oito bilhões, oitocentos e sessenta e seis milhões, cento e vinte e cinco mil e oitenta e três reais) como Despesas Correntes e R\$ 8.457.501.674 (oito bilhões, quatrocentos e cinquenta e sete milhões, quinhentos e um mil e seiscentos e setenta e quatro reais) como Despesas de Capital, além de R\$ 220.000.000 (duzentos e vinte milhões de reais) a título de Reserva de Contingência.

O Gráfico 1 ilustra as despesas por Grupo de Natureza de Despesa, identificando a respectiva composição, bem como sua representatividade entre os recursos destinados ao custeio e aqueles destinados aos investimentos:

**Gráfico 1 – Despesas por Grupo de Natureza**





# ESTRUTURA DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA 2021

## TEXTO DO PROJETO DE LEI

Reúne os dispositivos legais que orientarão o orçamento do Município de São Paulo para o exercício, sendo organizados nas seguintes seções:

### Seção I

Do Orçamento Fiscal Consolidado: informa o montante global da estimativa da receita e fixação da despesa orçamentária.

### Seção II

Do Orçamento de Investimentos das Empresas

### Seção III

Da Autorização para a Contratação de Operação de Crédito

### Seção IV

Da Autorização para Abertura de Créditos Adicionais Suplementares

### Seção V

Das Disposições Finais

## ANEXOS

Consolidam informações orçamentárias relevantes que constam do Projeto de Lei Orçamentária Anual.

### Anexo I

Demonstrativo dos efeitos decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia sobre as receitas e despesas e as medidas de compensação.

### Anexo II

Critérios para a projeção da receita orçamentária do exercício.



## VOLUMES

Detalham as informações orçamentárias relativas à receita e despesa do Município de São Paulo.

### Volume I

Dados Consolidados: série de informações disponibilizadas por meio de quadros orçamentários consolidados, e pelo detalhamento da receita orçamentária em determinadas classificações.

### Volume II

Reúne toda a legislação que fundamenta as atribuições de cada órgão, bem como a receita e a despesa orçamentária.

### Volume III

Receitas e Despesas orçamentárias alocadas nos Órgãos do Poder Legislativo, no Tribunal de Contas do Município, nos Órgãos do Poder Executivo. Tais despesas constam de forma mais detalhada, sendo apresentadas por meio de uma série de classificações orçamentárias.

### Volume IV

Receitas e Despesas alocadas nas Subprefeituras no mesmo formato do Volume III.

### Volume V

Receitas e Despesas alocadas nos Fundos Municipais no mesmo formato do Volume III.

### Volume VI

Receitas e Despesas alocadas na Administração Indireta Municipal: Autarquias, Fundações e Empresas Públicas, no mesmo formato do Volume III.

### Volume VII

Regionalização e Detalhamento das Ações.



## DESTAQUES SETORIAIS

Para os destaques setoriais são apresentados os montantes associados à algumas das principais funções orçamentárias e áreas de atuação da Prefeitura (saúde, educação, assistência social etc), seguido por gráficos com as subfunções orçamentárias, que demonstram a distribuição percentual do orçamento total da função orçamentária, excetuando-se apenas “Eficiência e Inovação nos Serviços Públicos”, para o qual foi utilizado como referência o Órgão 23 – Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia.

### ASSISTÊNCIA SOCIAL

Direito do cidadão e dever do Estado assegurado pela Constituição Federal e a Lei Orgânica do Município, a Assistência Social é uma política pública não contributiva, que objetiva garantir a proteção social aos cidadãos, ou seja, apoio a indivíduos, famílias e à comunidade no enfrentamento de suas dificuldades, por meio de serviços, benefícios, programas e projetos.

O Município de São Paulo reforça seu compromisso com seus cidadãos, buscando garantir a proteção de quem mais necessita tanto no aspecto Básico como no Especial. Isso sem deixar de considerar as peculiaridades dos segmentos mais vulneráveis, com cuidados específicos, a fim de melhor auxiliar os munícipes que enfrentam adversidades de qualquer natureza. Cabe destacar as políticas voltadas para a criança e adolescente, idoso e população em situação de rua, entre outros.

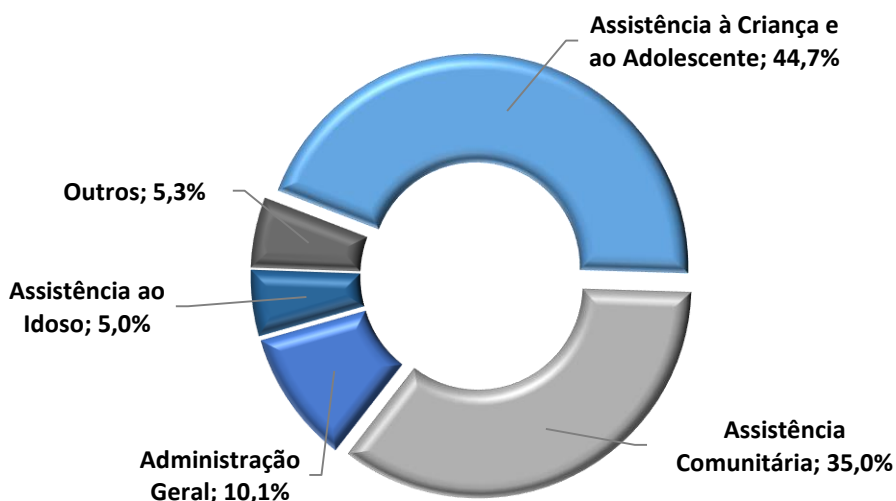
O Orçamento previsto para 2021 evidencia, por outro lado, o grande esforço de gestão na manutenção da capacidade orçamentária para cobertura das despesas com o custeio dos equipamentos de Assistência Social, sem, contudo, reduzir os serviços ofertados. Destaca-se a alocação de mais de R\$ 241,3 milhões para o atendimento via equipamentos de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes – atividade 2059.

Para as políticas assistenciais voltadas para a criança e adolescente, o Orçamento prevê em torno de R\$ 207,6 milhões para a Proteção Social Especial a Crianças, Adolescentes e Jovens em Risco Social (atividade 6221). Ainda para esse público, ações de orientação ao mundo do trabalho contarão com mais de R\$ 79,4 milhões para sua continuidade no próximo ano (atividade 6168).

Já em relação às ações de Proteção Social Especial à População em Situação de Rua, estão previstos R\$ 59,5 milhões para a manutenção das vagas já existentes (atividade 4308), indicando a importância de sua continuidade administrativa.

Estão previstos ainda no Orçamento R\$ 56,8 milhões para a continuidade das ações de Proteção Social Básica às Famílias (atividade 4309). A Proteção Social Básica tem por objetivos diagnosticar as situações de vulnerabilidade social, ampliar a capacidade da função protetiva das famílias, prevenir a presença e o agravamento das vulnerabilidades, riscos sociais, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e sociais.

**Gráfico 3 – Despesas por Subfunção na Assistência Social**



## EDUCAÇÃO

Direito consagrado na Constituição Federal de 1988 e integrante do rol de direitos sociais, além de legitimado na Lei Orgânica do Município de São Paulo, é dever do Poder Municipal, em cooperação com a União, o Estado e com outros Municípios, assegurar a todos o exercício dos direitos de seus cidadãos, entre eles, o ensino fundamental e a educação infantil.

A Proposta Orçamentária da Secretaria Municipal de Educação para o exercício de 2021 foi elaborada com vistas a atender às diretrizes da Política Educacional da Cidade de São Paulo, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias estabelecidas no Plano Municipal de



Educação de São Paulo 2015-2025 e com os objetivos e programas definidos no Plano Plurianual (PPA) 2018- 2021.

Os projetos e ações propostos visam a dar continuidade ao aprimoramento da qualidade do serviço e dos resultados educacionais, assegurando atendimento educacional mais equitativo e inclusivo por meio dos seguintes eixos que estruturam a atuação da Secretaria Municipal de Educação: fortalecimento do tripé currículo, avaliação e formação, valorização dos profissionais da educação, construção de uma política integral e integrada para a população na primeira infância, consolidação e expansão da política de educação em tempo integral, ampliação e aprimoramento dos serviços de apoio e condições de atendimento aos estudantes com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) e altas habilidades/superdotação, introdução de um novo paradigma tecnológico na gestão do sistema educacional e nas escolas municipais e manutenção e conservação dos equipamentos educacionais.

Da mesma forma, as ações formativas estão em sintonia com o currículo e com os resultados da avaliação, além de se concentrar nos processos de gestão da sala de aula, estratégias didáticas, ensino de pessoas com deficiência e uso de tecnologia. A busca pela equidade educacional está presente em todas as ações empreendidas, de forma que estratégias e condições especiais de atendimento têm sido construídas para atender aos alunos e escolas em situações mais vulneráveis.

Com relação à educação infantil, tem-se o desafio de manter a cobertura com qualidade a todas as crianças de quatro e cinco anos e expandir o atendimento para as crianças de até três anos de idade.

Para o ano de 2021, uma das prioridades da Secretaria Municipal de Educação contemplada no Orçamento, é o aumento de vagas em creches, a exemplo dos últimos anos. Dessa forma, a Manutenção e Operação da Rede Parceira – Centro de Educação Infantil (atividade 2828), contará com mais de R\$ 3 bilhões, além do aporte de R\$ 65 milhões para sustentação dos programas Mais Creche, criado pela Lei nº 17.244/2019, e Mais Educação Infantil, criado pela Lei nº 17.437/2020. Os esforços estão concentrados na ampliação das matrículas na periferia do Município, onde a demanda é maior e a permanência das crianças pequenas na creche melhora sensivelmente sua qualidade de vida e seu desenvolvimento futuro.

Ademais, para as iniciativas de investimentos previstas no PLOA 2021, na função Educação, destacam-se as áreas de Educação Infantil, Educação Básica e Ensino Fundamental,

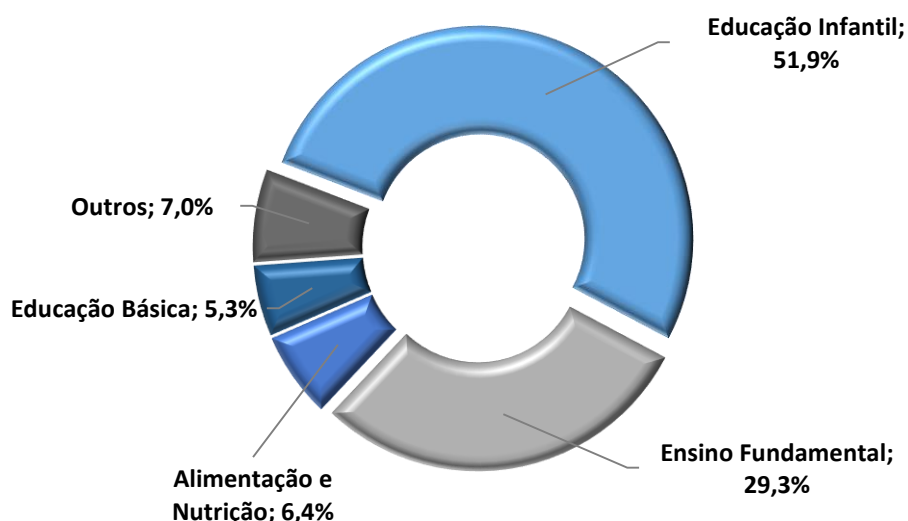


com recursos estimados em aproximadamente R\$ 40 milhões, R\$ 21,5 milhões e R\$ 10 milhões, respectivamente.

Já a alimentação escolar municipal e o programa “Leve-Leite”, somados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do Governo Federal, terão recursos na ordem de R\$ 890,9 milhões (atividades 6553, 2873 e 2801), com compromisso de oferecer leite e alimentação de qualidade aos alunos da rede municipal de ensino.

Por fim, sempre é importante registrar que, em relação à remuneração de todos os profissionais da educação, somados os recursos destinados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FUNDEB, estão previstos mais de R\$ 7,2 bilhões para o ano de 2021, ou cerca de 52,4 % do orçamento previsto para a respectiva função no exercício.

Gráfico 4 – Despesas por Subfunção na Educação



## EFICIÊNCIA E INOVAÇÃO NOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Em sintonia com os novos tempos de enorme desenvolvimento de soluções rápidas e digitais, com influência também no desenvolvimento de políticas públicas, a atual gestão vem reforçando seu compromisso de priorizar investimentos em inovação e tecnologia, algo demonstrado desde a criação, em 2017, da Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia, cujo foco é a transformação de São Paulo em uma cidade mais inteligente, humana e responsiva ao cidadão.

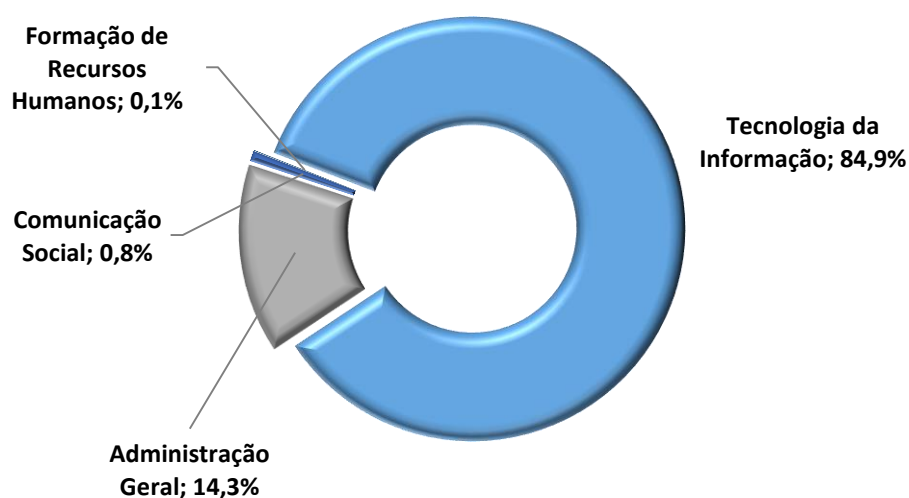
Dentre as principais ações desta pasta, destaca-se o Descomplica SP, com resultados efetivos que facilitaram sobremaneira o atendimento ao cidadão, com uma série de serviços oferecidos de forma ágil e eficiente. Após as primeiras unidades implantadas junto à Subprefeitura de São Miguel Paulista, Campo Limpo, Santana/Tucuruvi e Butantã, a cidade recebeu as seguintes unidades: Capela do Socorro, Jabaquara, Penha e São Mateus e contará, ainda, com R\$ 20 milhões para a implantação de novos, em 2021 (ação 1358).

Outra iniciativa que faz uso da tecnologia para facilitar a vida do cidadão, também contemplada no orçamento do próximo ano, é a manutenção dos canais de atendimento SP156: central telefônica, portal e aplicativo para o celular, prevista em R\$ 61,7 milhões (atividade 4300).

As 132 unidades dos Telecentros, que fomentam a inclusão digital nos extremos da Cidade, serão mantidas recebendo o aporte de mais de R\$ 9,4 milhões (atividade 8404).

A rede de 12 laboratórios de fabricação digital do FAB LAB LIVRE SP complementa as ações de empoderamento tecnológico e oferta tecnologia de ponta ao acesso de todos. São cursos e oficinas sobre robótica, eletrônica, marcenaria, impressão 3D e drones, entre outras atividades, tendo como previsão recursos no valor de R\$ 4,9 milhões (atividade 4307).

**Gráfico 5 – Despesas por Subfunção em Inovação e Tecnologia (SMIT - Órgão 23)**





## HABITAÇÃO E SANEAMENTO

Direito do cidadão e dever do Estado assegurado pela Constituição Federal e a Lei Orgânica do Município, à Habitação, juntamente ao Saneamento, se destinam em 2021 recursos na ordem de R\$ 2,0 bilhões.

A Proposta Orçamentária na área de Habitação para o exercício de 2021 foi elaborada com vistas a atender às demandas da população do Município de São Paulo, em consonância com as diretrizes do Plano Diretor Estratégico (PDE) e com os objetivos e programas definidos no Plano Plurianual (PPA) 2018 – 2021.

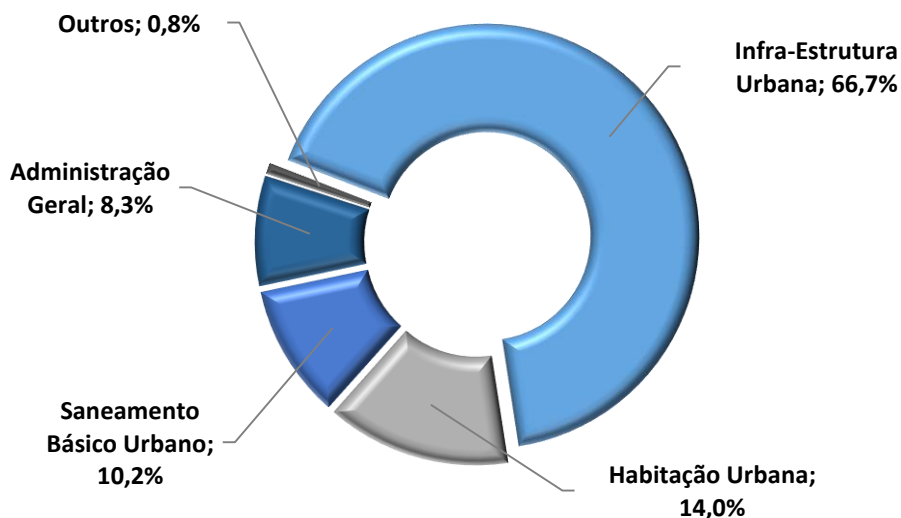
Para o ano de 2021, uma das principais prioridades em Habitação contemplada no Orçamento é a construção de unidades habitacionais, demandada pela população nas Audiências Públicas prévias à apresentação do presente projeto. Dessa forma, temos a previsão de orçamento no montante de aproximadamente R\$ 681,2 milhões (ação 3354).

Além disso, temos o programa de urbanização de favela que visa a transformar favelas e loteamentos irregulares em bairros, garantindo a seus moradores o acesso à cidade formal, com ruas asfaltadas, saneamento básico, iluminação e serviços públicos. Estão previstos para essa iniciativa R\$ 99,2 milhões (ação 3357).

Já o programa de regularização fundiária com recurso na ordem de R\$ 82,1 (ações 3356 e 5408) milhões visa a promover o direito à posse e à permanência dos moradores de área ocupada informalmente e a ampliação do acesso à terra urbanizada, por meio da titulação de seus ocupantes, com prioridade para as famílias de baixa renda.

Por fim, é importante registrar a preocupação do município com o programa de mananciais (ação 3355) para o qual está previsto o valor de R\$ 72,8 milhões.

Gráfico 6 – Despesas por Subfunção em Habitação e Saneamento



## SAÚDE

A Lei Orgânica do Município de São Paulo estabelece que a saúde é direito de todos, assegurado pelo Poder Público. O conjunto de ações e serviços de saúde de abrangência municipal integra a rede regionalizada e hierarquizada do sistema único de saúde, nos termos da Constituição Federal de 1988.

Diante das adversidades macroeconômicas enfrentadas pelo país, destaca-se a declaração pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2020, de que o surto da doença causada pelo novo coronavírus SARS-CoV-2, a COVID-19, constitui uma emergência de saúde pública de importância internacional, o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional. Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia e, em 20 de março de 2020, foi declarado estado de calamidade pública no Município de São Paulo por meio do Decreto nº 59.291.

Somam-se a isso as dificuldades fiscais do Governo Federal e o quadro de fortes pressões sobre o orçamento municipal, com relevantes repercussões sobre as políticas de saúde, materializadas, por exemplo, na necessidade de maiores aportes de recursos do Tesouro Municipal na composição total do orçamento da Saúde.

Ante tais desafios, a Prefeitura tem buscado novas fontes de financiamento e de promoção da atenção à saúde, o que envolve, por exemplo, a captação de recursos provenientes



de financiamento junto a organismos multilaterais, de que é exemplo o Projeto Avança Saúde, fruto dos recursos captados junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e que está contemplado no Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2021, em valores acima de R\$ 223,1 milhões – Projeto 9204 – Avança Saúde SP - Ampliação, Reforma e Requalificação de Equipamentos de Saúde.

Atenta às necessidades em saúde da população, a Prefeitura tem empreendido esforços, especialmente para atender às demandas por melhoria das condições de acesso, ampliação e qualificação da infraestrutura dos equipamentos e serviços em saúde oferecidos pelo Município.

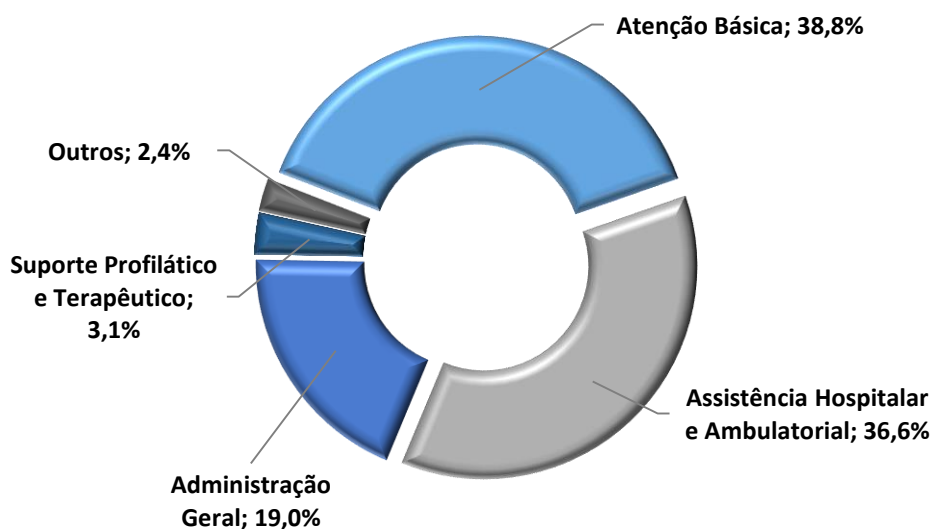
A título de exemplo, em meio a pandemia mundial do Covid-19 foram adotadas medidas de identificação, contenção e redução dos casos identificados, bem como reorganização da estrutura pública de saúde para o atendimento emergencial de pessoas infectadas e a ampliação da sua capacidade de atendimento juntamente com a criação de 2 Hospitais de Campanha – Anhembi e Pacaembu.

Para as iniciativas de investimentos previstas no PLOA 2021, na função Saúde, destacam-se entre os aproximadamente R\$ 380,8 milhões previstos, as áreas de Assistência Hospitalar e Ambulatorial e de Atenção Básica, com recursos estimados em aproximadamente R\$ 192,4 milhões e R\$ 113,1 milhões, respectivamente.

Considerando que a atenção à saúde não se esgota apenas na ampliação da oferta de serviços, mas tem como premissas a articulação e integração de ações que se desenvolvem sob diferentes enfoques, perpassando ações de atenção especializada, urgência e emergência, atenção hospitalar, vigilância em saúde, entre outros, vale enfatizar que dentre as ações de maior impacto orçamentário na manutenção e custeio dos serviços públicos de saúde estão a “Manutenção e Operação de Hospitais” (atividade 2507) e a “Manutenção e Operação para Atendimento Ambulatorial Básico, de Especialidades e de Serviços Auxiliares de Diagnóstico e Terapia” (atividade 2520), que receberão recursos acima de R\$ 3,1 bilhões e R\$ 4,2 bilhões, respectivamente.

Ademais, é importante ampliar os esforços na melhoria da gestão, uma vez que, dentro da perspectiva de um Sistema Único de Saúde, o Município compartilha ações e responsabilidades com o poder público estadual nas áreas de Oncologia, Cardiologia, Urgência e Emergência, Vigilância em Saúde e na prestação de serviços hospitalares.

Gráfico 7 – Despesas por Subfunção na Saúde



## TRABALHO

Com o objetivo de conduzir ações governamentais voltadas à geração de trabalho, emprego e renda, à redução das desigualdades regionais, ao apoio às vocações econômicas e desenvolvimento local, ao fortalecimento da cultura empreendedora, à melhoria da competitividade, à promoção do desenvolvimento econômico sustentável, do desenvolvimento rural sustentável e solidário e à garantia dos direitos à alimentação e à segurança alimentar e nutricional no Município de São Paulo, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho será imprescindível no cenário pós-pandemia.

A superação da atual situação econômica e retomada do crescimento passa principalmente pela qualificação e recolocação profissional dos cidadãos, seja com estímulos e suporte de encaminhamento para vagas abertas no mercado de trabalho ou na preparação e capacitação para o empreendedorismo.

Sendo assim, ainda que com a redução da receita municipal prevista para o exercício de 2021, e redução do espaço orçamentário em função do aumento inevitável de demais áreas de atuação pública, foram empreendidos esforços para ampliação da capacidade de atendimento

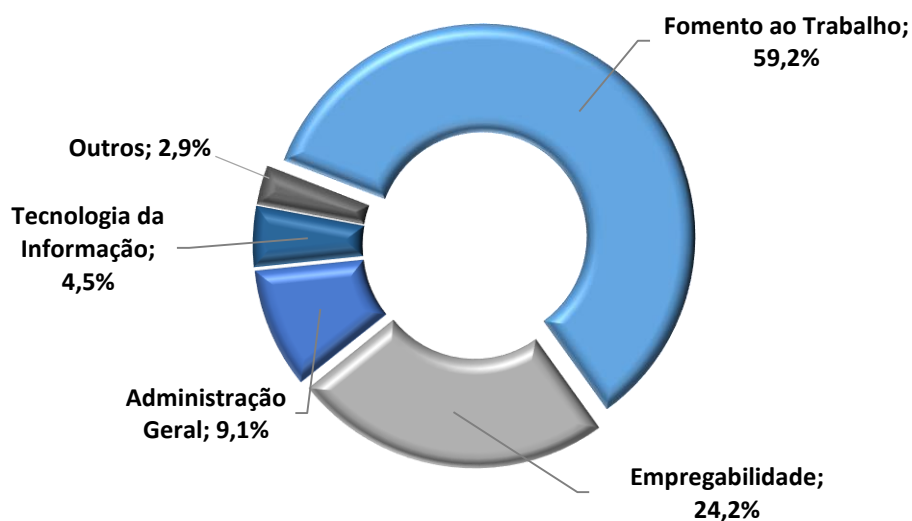


e despesa da respectiva função de governo, com destaque à Capacitação, Formação e Aperfeiçoamento dos Trabalhadores (ação 8088), que contará com cerca de R\$ 46,9 milhões e tem como destaque os Programas Bolsa-Trabalho dedicado à capacitação profissional para jovens e Operação Trabalho visando a inserção de pessoas de baixa renda no mercado de trabalho.

Consta também, previsto para 2021, por meio da ação 8098, aproximadamente R\$ 20,3 milhões com a finalidade de promover políticas de desenvolvimento local, especialmente as que contribuam para o crescimento econômico, a atração de investimentos, a redução das desigualdades regionais, a competitividade da economia, a geração de emprego e renda, a capacitação para o emprego e o empreendedorismo, a economia solidária e a inovação tecnológica, todas atividades dentro do escopo de atuação da São Paulo Investimentos e Negócios – SPIN.

Os Centros de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo (Cate), tendo como finalidade captar, cadastrar e oferecer aos desempregados e trabalhadores em situação de vulnerabilidade vagas para reinserção no mercado de trabalho, bem como promover ações de fomento ao empreendedorismo e autoemprego, além de prestar serviços de atendimento ao cidadão como formalização do Microempreendedor Individual (MEI), orientação trabalhista e previdenciária para pessoa física e microempreendedor individual, programas sociais voltados à inserção socioeconômica e programas de apoio do trabalhador e/ou de fomento ao empreendedorismo, contarão com cerca de R\$ 17,5 milhões para ano de 2021 (ação 8090).

#### Gráfico 8 – Despesas por Subfunção em Trabalho



## TRANSPORTE

A mobilidade e acessibilidade urbana, a qualidade sobretudo do transporte coletivo e a facilidade no trânsito (distância, tempo e custo) de pessoas, bens e serviços, bem como a relação das pessoas quanto à utilização e à ocupação dos espaços têm impacto direto com a qualidade de vida e relevante função social.

Criada em 1967 pela Lei 7.065 de 30 de outubro, a Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes é responsável por formular, propor, gerir e avaliar políticas públicas para o desenvolvimento da mobilidade urbana, estudar, planejar, gerir, integrar, fiscalizar e controlar os transportes individuais e coletivos do Município, além de executar os serviços de trânsito da competência do Município.

Com um sistema de transporte complexo e interligado e a constante expansão do sistema cicloviário, para o qual estão previstos R\$ 224,4 milhões (ações 1097 e 1098), para 2021 também serão empreendidos esforços para a ampliação da capacidade de operação do transporte coletivo na região leste da Cidade, por meio dos investimentos no BRT – Aricanduva, sistema de transporte rápido que contará, para o início dos trabalhos, com recursos que somam R\$ 22,2 milhões.

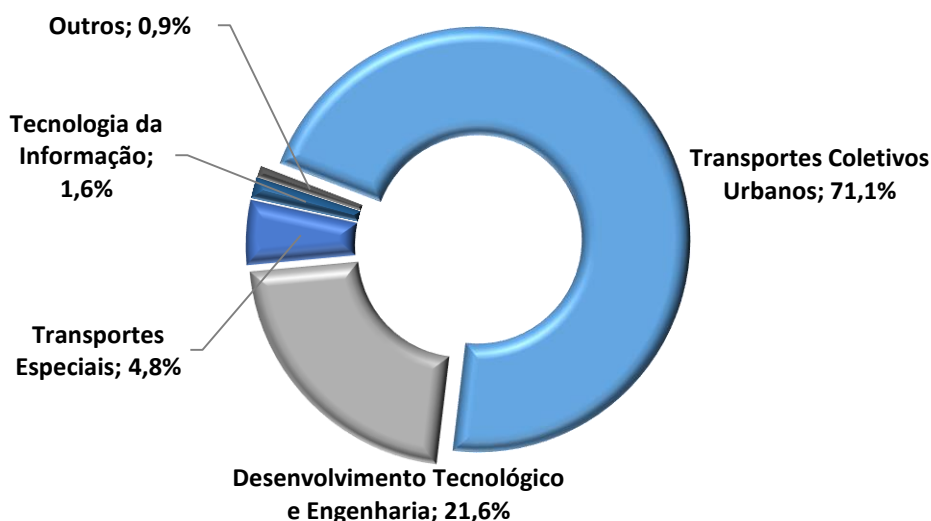
Com grande impacto no orçamento municipal, frente às políticas públicas de gratuidades instituídas no Município para redução de desigualdades e ampliação de acessos a espaços e serviços públicos, as compensações tarifárias do sistema de ônibus (ação 4701)



contarão com cerca de R\$ 2,2 bilhões para o exercício de 2021, considerando-se ainda uma economia gerada por meio da reconfiguração do modelo utilizado atualmente.

Já no que se refere à manutenção da qualidade e à eficiência nas ações de operação do trânsito 24 horas, segurança viária, implantação e manutenção da sinalização de trânsito, educação e treinamento de trânsito, entre outros, estão previstos R\$ 835,1 milhões – Serviços de Engenharia de Tráfego (ação 4702) – cuja executora é a Companhia de Engenharia de Tráfego – CET, criada em 1976 e contratada com recursos orçamentários pela Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes-SMT para a missão.

Gráfico 9 – Despesas por Subfunção no Transporte





## PARTICIPAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Em cumprimento às prerrogativas constitucionais instituídas no artigo 165 da Constituição Federal, às exigências da Lei Orgânica do Município de São Paulo estabelecidas em seu artigo 143, e o §1º do artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal, a Prefeitura de São Paulo, por meio da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento Municipal, organizou audiências públicas para a construção da proposta orçamentária, buscando a aplicação da gestão democrática no Município com base na participação da sociedade civil.

Com o objetivo de ouvir a sociedade paulistana e debater o Orçamento Municipal para o ano de 2021, foi realizado trabalho técnico de coleta de propostas de munícipes, de forma ordenada e transparente, a fim de consolidar as demandas de todas as regiões do Município de São Paulo.

As audiências públicas orçamentárias, já incorporadas ao calendário anual da Secretaria da Fazenda e das Subprefeituras municipais, sofreram uma reformulação significativa em 2020, com o objetivo de dar mais transparência ao processo e de promover maior efetividade às proposições apresentadas pela população. Ademais, por conta da pandemia de COVID-19, os encontros presenciais foram substituídos por etapas virtuais que terminaram por ampliar o número de participantes do processo como um todo, se comparado aos eventos dos anos anteriores.

Como avanços alcançados com a remodelação das Audiências Públicas do PLOA2021, destacam-se o maior número de participantes, a maior transparência, pois todas as propostas recebidas foram publicadas, a integração dos Conselhos Participativos Municipais ao processo, o desenvolvimento de uma plataforma online voltada à participação popular (ParticipeMais), e a maior qualidade na apreciação das propostas apresentadas.

Ao invés de uma única etapa de Audiências presenciais, o processo foi desdobrado e ocorreu ao longo de praticamente todo o ano de 2020. Teve início em maio, quando foram coletadas as propostas de munícipes para priorização da alocação orçamentária no ano de 2021. Por conta da pandemia de COVID-19, os eventos presenciais inicialmente previstos foram substituídos pela coleta de propostas em ambiente virtual: qualquer cidadão pode enviar propostas, para qualquer uma das 32 Subprefeituras.



Na etapa seguinte, entre junho e julho, as propostas recebidas foram priorizadas pelos Conselhos Participativos Municipais, que escolheram, dentre as recebidas na etapa anterior, até 15 propostas por Subprefeitura, de forma a viabilizar a próxima etapa, de votação popular.

Assim, no período de 11 a 23 de julho, as propostas sugeridas pela população e selecionadas pelos Conselhos Participativos, foram submetidas à apreciação popular, pelo voto direto por meio da plataforma *online* ParticipeMais: cada munícipe participante pode escolher até 5 propostas diferentes.

Ao todo foram eleitas 5 propostas para cada uma das 32 subprefeituras municipais, além de 3 propostas que ficaram empatadas em número de votos, totalizando 163 propostas de munícipes. Elas foram encaminhadas às Secretarias e Órgãos Municipais responsáveis para que fosse feita uma análise mais acurada: critérios técnicos, jurídicos e orçamentários foram apreciados e as propostas consideradas viáveis foram incluídas na programação orçamentária municipal.

É de se destacar que o processo *online* incrementou, de forma significativa, o número de participantes, quando comparado aos anos anteriores em que a ênfase na coleta de propostas foi notadamente durante os eventos presenciais. A etapa de votação das Audiências Públicas para o PLOA 2021 apresentou números expressivos. Foram registrados 43.831 votos de 17.818 participantes (cada participante pode votar em até 5 propostas, de qualquer Subprefeitura paulistana). O número ainda é pequeno se comparado à população de São Paulo, mas significativo quando comparado à participação no ano anterior, em que foi registrada a presença de 2.097 pessoas nas audiências presenciais, além das 2.107 fichas de contribuição *online* recebidas.

Todo o processo foi dotado da devida transparência e publicidade, de forma que todas as etapas e propostas priorizadas e eleitas, a cada fase, foram divulgadas no *site* ParticipeMais. Ainda está prevista a realização de uma etapa devolutiva, em que serão apresentadas à população as análises de viabilidade realizadas pelas Secretarias e Órgãos Municipais.

É importante lembrar que o redesenho do processo de Audiências Públicas do PLOA foi uma das iniciativas integrantes do II Plano de Ação em Governo Aberto, tendo sido elaborado conjuntamente por representantes do Poder Executivo e da sociedade civil. Para a implementação do processo, foi essencial a integração entre a Secretaria Municipal da Fazenda e a Secretaria do Governo Municipal, responsável pelo *site* ParticipeMais, além da participação das demais Secretarias Municipais, principalmente na etapa de avaliação de viabilidade das propostas votadas.



Ao todo, foram coletadas 3.519 propostas de municípios, distribuídas da seguinte forma:

Subprefeitura	Propostas recebidas	Percentual
Aricanduva-Formosa-Carrão	234	6,65%
Butantã	315	8,95%
Campo Limpo	620	17,62%
Capela do Socorro	28	0,80%
Casa Verde	148	4,21%
Cidade Ademar	41	1,17%
Cidade Tiradentes	38	1,08%
Ermelino Matarazzo	77	2,19%
Freguesia-Brasilândia	98	2,78%
Guaianases	46	1,31%
Ipiranga	57	1,62%
Itaim Paulista	85	2,42%
Itaquera	115	3,27%
Jabaquara	131	3,72%
Jaçanã-Tremembé	25	0,71%
Lapa	262	7,45%
M_Boi Mirim	64	1,82%
Mooca	78	2,22%
Parelheiros	73	2,07%
Penha	91	2,59%
Perus	26	0,74%
Pinheiros	94	2,67%
Pirituba-Jaraguá	21	0,60%
Santana-Tucuruvi	36	1,02%
Santo Amaro	40	1,14%
São Mateus	209	5,94%
São Miguel Paulista	24	0,68%
Sapopemba	54	1,53%
Sé	180	5,12%
Vila Mariana	94	2,67%
Vila Maria-Vila Guilherme	10	0,28%
Vila Prudente	105	2,98%
<b>Total Geral</b>	<b>3519</b>	<b>100,00%</b>



Após a sistematização das contribuições, foi possível identificar previamente os temas de maior anseio dos munícipes. As áreas que apresentaram maior sensibilidade durante o período em que foram coletadas as demandas podem ser verificadas na tabela a seguir:

Tema	Propostas recebidas	Percentual
Assistência Social	209	5,94%
Cultura	190	5,40%
Desenvolvimento Econômico e Trabalho	220	6,25%
Direitos Humanos e Cidadania	99	2,81%
Educação	256	7,27%
Esportes e Lazer	194	5,51%
Habitação	215	6,11%
Meio Ambiente	454	12,90%
Saneamento	208	5,91%
Saúde	349	9,92%
Segurança Alimentar	162	4,60%
Segurança Urbana	159	4,52%
Transportes e mobilidade	306	8,70%
Zeladoria Urbana e melhorias de bairro	273	7,76%
Outros temas	225	6,39%
<b>Total Geral</b>	<b>3519</b>	<b>100,00%</b>

A nova metodologia aplicável às Audiências Públicas do PLOA foi concebida para que, após a seleção pelo voto direto dos munícipes, fosse produzido um número menor de propostas, permitindo, assim, uma análise mais aprofundada por parte dos órgãos municipais. Ao final, das 163 propostas que foram submetidas à análise de viabilidade, foi possível conceber a implementação (total ou parcialmente) de 70 delas, das mais diversas áreas de atuação. São estas propostas, oriundas da participação direta da população de São Paulo na definição da pauta orçamentária, cuja implementação está contemplada no presente Projeto de Lei.

Uma visão mais detalhada das propostas eleitas, das análises de viabilidade promovidas pelas Secretarias e Órgãos municipais, e o acompanhamento efetivo da implementação, no curso de 2021, pode ser obtida diretamente no site <http://participemais.prefeitura.sp.gov.br/budgets>.



Destaque-se o uso das plataformas digitais além das consultas para a elaboração do Projeto de Lei Orçamentária: constituem, sem dúvida, um canal importante para a transparência ativa de dados e informações municipais, em especial os dados de execução orçamentária, que estão disponíveis, em atualizações diárias, nos sites da Secretaria da Fazenda e da Transparência Municipal.

Neste sentido, merecem destaque algumas plataformas a serem consultadas:

- Portal da Transparência: (<http://transparencia.prefeitura.sp.gov.br/Paginas/home.aspx>);
- Portal de Dados Abertos: ([http://dados.prefeitura.sp.gov.br/pt\\_PT/](http://dados.prefeitura.sp.gov.br/pt_PT/)); e
- Sítio eletrônico da Secretaria da Fazenda: (<http://orcamento.sf.prefeitura.sp.gov.br/orcamento/>).

Desta forma, a Prefeitura de São Paulo reitera seu compromisso com a participação popular e o efetivo exercício de cidadania na elaboração do Projeto de Lei Orçamentária 2021, constituindo um espaço essencial para o desenvolvimento, execução, controle e aperfeiçoamento das políticas públicas.